

O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO ATUAL NA ÁFRICA OU O PARADOXO DE UM CONCEITO SUBDESENVOLVIDO¹

*The concept of current development in Africa
or the paradox of a concept underdeveloped*

DOUMBIA, Fatima²

RESUMO

O desenvolvimento. É preciso que cada país tenha que ser desenvolvido! Será uma moda que nunca passa? Uma religião praticada por todos? Um conceito com várias asserções? De tanto clamar pelo desenvolvimento acaba-se por esquecer o seu conteúdo. Todas as sociedades querem ser desenvolvidas. Mas perante os fracassos das diferentes políticas de desenvolvimento, interrogamo-nos sobre as suas causas. Os planos mudam, mas o estado de subdesenvolvimento permanece. No entanto, constatamos que se, por um lado, os planos mudam, por outro, o conceito de desenvolvimento permanece ainda inadaptado para compreender uma situação que diz respeito, não a um fator humano, mas ao homem. É esta crítica conceitual que nos incitará a adotar a proposta ergológica, a única que questiona o desenvolvimento na sua teoria, bem como na sua pertinência. Se o desenvolvimento deve e pode deixar de ser um mito, em quais condições se pode alcançá-lo?

Palavras-chave: PPTe; Desenvolvimento; Costa do Marfim; Ergologia.

ABSTRACT

The development, every country has to be developed! A fashion which does not go out of fashion? A religion practised by all? A concept in several drawers? We cry out it as long as we forget the sens. All the societies want to be developed. As the various development policies are a failure, we wonder about the reasons of these failures. Plans change, but the state of underdevelopment don't change. Also we can give to plans different names, the concept of development always remains so unsuitable to seize a situation in which lives not a human factor but a man. It is this abstract criticism who will encourage us to adopt the ergologique approach who only questions the development in its theory and its effectiveness. If the development owes and can stop being a myth, what about the conditions to make it real?

Keywords: PPTe; Development; Ivory Coast; Ergology.

¹ Traduzido do original em francês por Angoran Brou Adjoua Anasthasie e revisado por Aurora Ermenegilda José Haruna e Daisy Moreira Cunha.

² Professora de Filosofia da Universidade de Abidjan-Cocody/Costa do Marfim. E-mail: fatidoum@yahoo.fr.

INTRODUÇÃO

Em março de 2009, anunciou-se em Abidjan que a Costa do Marfim tornava-se oficialmente um PPTe: um país pobre muito endividado. Esse anúncio trouxe muita alegria para o País. Tornar-se um país pobre muito endividado parece ser uma boa coisa, marca um passo em frente. Sim, mas para onde? Se esse fato implica uma grande ajuda relativa à redução da dívida externa, isso significa que o país recuou bastante e agora faz parte dos países problemáticos. Pode uma notícia desse gênero ser fonte de alegria e euforia? Pode parecer que sim. É surpreendente que seja o sentido do que isso vai acarretar e não a significação desse estado de coisas que a gente tenha levado em consideração. Desde a descolonização, ouviu-se falar de programas de reajustes, e aplaudiram-se as teorias dos Institutos Africanos de Desenvolvimento e de Estratégias, consultou-se a Agência Francesa de Desenvolvimento, escutaram-se as exortações do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, e esperou-se muito da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, seguiram-se os planos do Banco Africano de Desenvolvimento e os do Banco Oeste Africano de Desenvolvimento, e também se aceitaram as recomendações do Fundo Africano de Desenvolvimento. Hoje, falamos de facilidade para a redução da pobreza e para o crescimento.

Percebemos, portanto, que não se trata da primeira ideia genial que deveria permitir a este país se desenvolver. Esse objetivo de desenvolvimento parece ter-se transformado num mito devido ao fracasso de tantos planos que nunca permitiram dizer que a Costa do Marfim tornou-se um País desenvolvido. Analisemos então o conceito de desenvolvimento. Para isso, interroguemo-nos em primeiro lugar o que significam os indicadores de desenvolvimento e os seus fracassos. Isso nos permitirá estabelecer as razões pelas quais é possível falar de “fetichismo do conceito” ao explicar o sentido da confusão ligada a esse conceito. Enfim, sugerimos algumas alternativas para um desenvolvimento sensato.

INDICADORES, INICIATIVAS E FRACASSOS DO DESENVOLVIMENTO

Vamos, primeiro, lembrar o contexto da entrada de nosso País no PPTe. A Costa do Marfim já recebeu aval e está agora finalizando a implantação das condições necessárias para ingressar no PPTe. Essa decisão significa, portanto, que a Costa do Marfim receberá uma redução da dívida interina, por parte de certos credores. Para poder se beneficiar de uma redução total e irrevogável, o país deveria ter cumprido as reformas que assinou ao adotar uma Estratégia de Redução da Pobreza – ERP³ (BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT, 2006).

³ Desde 1999, o FMI e o Banco Mundial exigem dos governos que pretendem obter alívio de suas dívidas que preparem, em consulta com grupos da sociedade civil, uma Estratégia de Redução da Pobreza que estabeleça como a economia de pagamentos da dívida será empregada no combate à pobreza. Conferir: SCHOLTE, Jan Aart. **A Democratização da Economia Global: o papel da sociedade civil.** Disponível em: <<http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/csgr/projects/portuguesereport.pdf>>.

PPTE: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO?

O Documento Estratégico para a Redução da Pobreza – DREP,⁴ elaborado por peritos em desenvolvimento, baseia-se num plano de desenvolvimento e prevê, até em 2015, a erradicação da pobreza pela metade, segundo compromissos assinados em Monterrey no México (2001).

Mas concretamente o que se pode prever ao sair do PPTE?

Ademais, a crise financeira internacional que vivemos atualmente levará os países ricos (que se comprometeram em Monterrey a disponibilizar uma parte de sua riqueza para a ajuda pública ao desenvolvimento) a deduzir a anulação da dívida concedida aos PPTE dos recursos previstos para esses países pobres.

Se a ajuda é reduzida, também serão reduzidos o esforço e a possibilidade dos países pobres atingirem os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM,⁵ pois esses países não mais poderão receber uma ajuda bilateral. Ao concluir esse projeto de desenvolvimento, podemos prever que, ao sair do PPTE, esses países não poderão contar com a ajuda do mercado financeiro internacional, nem com os recursos de ajuda pública ao desenvolvimento dos organismos de financiamento bilaterais. Para aumentar o seu desenvolvimento, esses países deverão esperar uma ajuda de instituições financeiras, tais como: o FMI, ou o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, etc. Pois, ao sair da iniciativa PPTE, não é absurdo considerar que os seus próprios recursos não serão suficientes. Ao sair da iniciativa PPTE não voltaríamos ao mesmo lugar onde estávamos antes de ingressar nela? Não podemos dizer que se trata de mera conjuntura, pois se a pobreza recuou nesses países, se o acesso à saúde e à educação está ao alcance da maior parte da população, se a taxa de mortalidade caiu e a de alfabetismo aumentou, estes serão fatos positivos. Mas manter uma postura cética é ser alarmista ou pessimista?

Não dizemos que a África está condenada a não sair do fracasso como ouvimos em geral, mas o nosso ceticismo tem a seguinte origem: a Costa do Marfim é o 35º país a aderir a esta iniciativa. Alguns países como a Nigéria, o Senegal, o Mali, o Burkina Faso ou ainda o Benim aderiram antes da Costa do Marfim. Esses países chegaram ao ponto final, mas será que se constata algum avanço no que diz respeito ao seu desenvolvimento?

⁴ Um dos requisitos do Banco Mundial e do FMI para o desenvolvimento de uma ERP é a formulação de um Documento Estratégico para a Redução da Pobreza, que inclui uma avaliação da situação atual em cada país e termina com a formulação de um Plano de Ação Participativa, a fim de contribuir para que a estratégia seja financeiramente viável, gerenciável e efetiva. Conferir: EDGERTON, J. *et al.* **Processos Participativos na Estratégia para a Redução da Pobreza**. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTPRS1/Resources/383606-1205334112622/4768783-1205334135157/13844_part0321.pdf>.

⁵ Em 2001, líderes políticos do mundo inteiro haviam acordado em aproveitar os primeiros quinze anos do novo século para atacar energicamente a pobreza, o analfabetismo e a doença. E definiram um conjunto claro de alvos, em função dos quais era possível avaliar o êxito ou o fracasso da sua ação: os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Conferir: CENTRO DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS EM PORTUGAL. **Conferência sobre Financiamento do Desenvolvimento Termina em Monterrey**: com decisões sobre erradicar a pobreza, alcançar crescimento económico sustentável. Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/ecosoc/FFD/Monterrey_Round_up_-_Portuguese.pdf>.

Conscientemente, deixamos a pergunta em aberto.

O CARÁCTER ETNOCÊNTRICO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Primeiro, debruçemo-nos por um instante nesse termo que provoca tantos entusiasmos e planos.

Antes de ser um país pobre muito endividado, a Costa do Marfim era um País em Via de Desenvolvimento - PVD. Quando se fala de Países em Via de Desenvolvimento ou Em Desenvolvimento - PED, faz-se alusão a países que atingiram certo limiar de progressos. Mas esse termo foi concedido, sobretudo, de maneira exclusiva no sentido de excluir, pois engloba sob a denominação de países em desenvolvimento, países que têm diferentes fases de desenvolvimento. O que os coloca sob este denominador comum é o fato de se tratar de países mais desenvolvidos do que os países pobres (chamados mais eticamente de países menos avançados) e menos desenvolvidos em relação aos países ditos desenvolvidos. Trata-se, por conseguinte, de países intermediários.

Quando se fala de “desenvolvimento” na acepção mais corrente do termo, entende-se unicamente o aspecto econômico, ainda que realmente este vocábulo envolva também o aspecto humano, que é a saúde, a esperança de vida, o acesso à educação, a água potável, a implementação de um plano de desenvolvimento sustentável, o combate ao HIV, etc. Com efeito, verificaram-se, através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que os compromissos dos PPTe são também compromissos que envolvem um plano humano.

É possível alegrarmo-nos com este progresso, se nos lembrarmos que há algum tempo atrás o fator humano não era levado em conta nos índices de desenvolvimento. Mas voltaremos a esse assunto posteriormente. A ferramenta que permite medir o desenvolvimento de um país é chamado de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que inclui o rendimento por habitante, a taxa de alfabetização e todos os fatores humanos que acabamos de citar. O IDH, criado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 1990, é um índice estatístico que serve para medir o nível de desenvolvimento dos países. Se de antemão tivéssemos em conta a variante humana nas medidas de desenvolvimento, seria retrospectivamente em relação ao índice anterior de medida de desenvolvimento que era o PIB (Produto Interno Bruto). Portanto, o progresso que aplaudimos provém do fato de que os institutos de estatística finalmente deram fé ao fator humano nas suas medidas de desenvolvimento, de modo que, quando se fala de desenvolvimento, fala-se de fatores quantitativos, bem como de fatores qualitativamente qualitativos. Usamos a expressão de “quantitativamente qualitativos” porque se trata de variáveis qualitativas que podem ser medidas, quantificadas. Com efeito, se o PIB foi considerado insuficiente é porque, ao levar em conta unicamente aspectos econômicos, estes não diziam nada do bem-estar das populações.

O que o conceito de desenvolvimento deve ter em conta é a dinâmica trazida pela filosofia, de maneira individual ou coletiva, na busca do sentido da existência. Essa dinâmica traz consigo uma “insegurança” e uma inquietação,

um desconforto, na medida em que permite um raciocínio que torna possível a compreensão de si e a abertura aos outros evitando a postura etnocêntrica.

A crítica feita ao conceito de desenvolvimento é a da ideologia de uma visão unilateral e redutora do mundo. Essa visão ocidental do futuro histórico do mundo é acompanhada de uma violência ideológica alimentada pelas *médias*, ao projetar um único pensamento sem possibilidade de alternativa.

O fracasso tecnológico do mundo já tinha sido previsto por Heidegger (1958) ao denunciar a crise da racionalidade ocidental.⁶ É o mundo obcecado pela técnica, no qual reina a ideologia do proveito que alguns pensadores tinham denunciado ao prever um desvio daquele mundo para o absurdo, quer dizer, em direção àquilo que não faz ou não tem sentido. É esta meta de repensar os valores que foram impostos como normas, que levanta a questão ética do desenvolvimento, que consiste em rever as normas dos conceitos de desenvolvimento. Dominique Janicaud⁷ (1985), denunciando as “astúcias do tecnicismo”, não critica tanto os progressos da ciência da técnica, mas muito mais o domínio da técnico-ciência sobre as dimensões fundamentais da vida humana.

FETICHISMO DO CONCEITO E CONFUSÃO

A natureza da confusão que provoca um fetichismo do conceito de desenvolvimento provém, do nosso ponto de vista, de uma invenção semântica, pois o conceito de desenvolvimento foi construído a partir de um certo imaginário da representação do mundo. Da ideia marginal (no sentido pessoal) a um governo (num dado contexto histórico), e concretamente há 50 anos, hoje se tornou a palavra de ordem e o objetivo final de qualquer sociedade nos quatro cantos do planeta. Todos os países devem desenvolver-se. Serge Latouche (2005, p.10) escreve a esse respeito no livro *L'invention de l'économie*: “A invenção do desenvolvimento e a desconstrução do imaginário do progresso são um aspecto essencial da questão.”

A CONFUSÃO ENTRE REALIDADE E SABER

Podemos aplicar ao conceito de desenvolvimento as três perguntas que este coloca em relação à economia:

- Que relação existe entre a história do conceito de desenvolvimento e a história em geral?
- Que relação existe entre o conceito de desenvolvimento e os demais conceitos econômicos, filosóficos, religiosos ligados ao trabalho humano em geral e ao trabalho humano de um dado povo?
- Enfim, uma última pergunta, consequência das duas outras: que relação existe entre as teorias, os programas de desenvolvimento e a vida dos homens?

⁶ Conferir: HEIDEGGER, M. **Essais et Conférences**. Paris: Gallimard, 1958.

⁷ Conferir: JANICAUD, D. **La puissance du rationne**. Paris: Gallimard, 1985.

Dentro do conceito de desenvolvimento existem duas coisas: a primeira é prática e traduz a efetividade à qual os países devem aceder e a segunda é teórica e consiste no chamado discurso sobre o desenvolvimento. Essas duas coisas das quais falamos correspondem, por conseguinte, a dois níveis da consciência: a realidade e o saber relativo a esta realidade. Quando falávamos do nível semântico que constitui a natureza ou a forma da confusão ligada à ideia de desenvolvimento, tratava-se desta ambiguidade semântica.

ESTRANHEZA E SENTIDO DO DESENVOLVIMENTO

A realidade econômica, assim como a realidade social, não é um dado (data). Não é nem um processo "natural" ("um fato" ou um conjunto "de fatos") de acordo com o ponto de vista "físico" dos autores clássicos, nem o efeito de uma constante psicológica trans-histórica (um comportamento ou um conjunto de comportamentos "racionalis") de acordo com o ponto de vista de autores neoclássicos. Trata-se "de uma construção" histórica que, como tal, veicula certo sentido. As operações econômicas de produção, consumo, poupança, de investimento, de compras, de vendas, etc. não são nem naturais, nem universais, nem eternas, nem racionais (LATOUCHE, 2005, p.16).⁸

O que leva esse conceito a tornar-se um modelo vazio de sentidos é sua dimensão histórica. Quiseram vê-lo como eterno e imutável enquanto era apenas uma construção do espírito devido a acontecimentos históricos precisos. Ora, hoje as organizações internacionais dedicam-se à melhor forma de tornar todos os países desenvolvidos. Se entre os índices de medida de desenvolvimento aplaudia-se previamente a recente tomada em conta da variável qualitativa, trata-se certamente de um progresso, mas que aos nossos olhos permanece ínfimo e insuficiente. Porque, tendo em conta o dito fator humano, não se percebe ainda que o assunto de que se trata não é o fator humano, mas simplesmente o humano. Se a euforia que marca a entrada de um país na iniciativa PPTTE vem, nós o dissemos, não da significação da sua situação atual, mas da significação do progresso que esperam, isso poderia significar que não é mais o homem que está envolvido, mas sim a variável homem, quer dizer, o homem enquanto objeto de estudo e o homem como receptáculo cujo conteúdo é a sua própria vida. A vida real está invertida, não são mais as condições materiais que determinam a consciência, mas é a consciência que determina as condições materiais de existência.

A concepção do desenvolvimento, que era própria dos que tomavam as decisões no momento das independências, dava ao terceiro mundo a expressão de um atraso do qual seria possível sair seguindo o modelo dos países industrializados. Se Rostow (1960)⁹ apresentava 5 fases sucessivas de desenvolvimento, era possível acelerar esse processo de desenvolvimento

⁸ "La réalité économique, comme toute réalité sociale n'est pas une donnée (data). Ce n'est ni un processus 'naturel' ('un fait' ou un ensemble de 'faits') selon le point de vue 'physiciste' des auteurs classiques, ni l'effet d'une constante psychologique transhistorique (un comportement ou un ensemble de comportements 'rationnels') selon le point de vue des auteurs néoclassiques. Il s'agit d'une 'construction' historique qui, comme telle, véhicule du sens. Les opérations économiques de production, consommation, épargne, investissement, achats, ventes, etc., ne sont ni naturelles, ni universelles, ni éternelles, ni rationnelles."

⁹ Conferir: ROSTOW, Walt Whitman. **The Stages of Economic Growth: A non-communist manifesto**. Cambridge, Massachusetts: University Press, 1960.

dos países africanos que só teriam que copiar um modelo já comprovado. A modernização, sob esse ponto de vista, torna-se sinônimo de transformação das estruturas materiais e também mentais. Porém, é o desencanto que sucedeu à euforia de todos esses planos. Dizemos que tal como se concebe o desenvolvimento desde a sua invenção é um conceito alienado e alienante, porque se tornou estranho para aqueles a quem era destinado. Não é compreensível. Como implementar aquilo que não é compreensível pelo fato de ser estranho para nós? Essa é a principal questão que deveria ser colocada a todos os programas a favor do desenvolvimento.

Um desenvolvimento mal compreendido acentua na África uma crise da identidade que é acompanhada muitas vezes de uma crise política, econômica e finalmente o não respeito ao programa de desenvolvimento, e até mesmo um recuo. Qualquer conceito ligado ao homem deve interrogar-se, não sobre aquilo que é bom para o homem, mas sobre aquilo que este homem em particular pensa ser bom para ele. Essa questão é a que alimentou os debates ontológico-culturais da identidade africana com autores tais como Senghor¹⁰ (1979), Césaire¹¹ (1955), Nkrumah¹² (1976), e outros. Segundo esses autores do “movimento da negritude”, era necessário exaltar os valores da civilização africana a fim de salvaguardá-los. Na década seguinte, a jovem elite intelectual africana, Towa¹³ (1971), Hountondji¹⁴ (1983), inscreve-se contra essa linha de pensamento, ao defender a ideia segundo a qual os africanos deveriam negar-se a si próprios, pois o sucesso da Europa tem a ver com o que a diferencia essencialmente da África. Porém, essa total rejeição da sua própria pessoa e da sua identidade não poderia provocar a esquizofrenia denunciada por Nkrumah¹⁵ (1976)? Esse tipo de rejeição pode ser conciliável com uma ideia de desenvolvimento na sua totalidade e não parcialmente?

¹⁰ Como escritor, desenvolveu a Negritude (movimento literário que exaltava a identidade negra, lamentando o impacto negativo que a cultura europeia teve junto das tradições africanas). Suas obras mais engrandecidas são: *Chants d'ombre* (1945), *Hosties noires* (1948), *Ethiopiennes* (1956), *Nocturnes* (1961) e *Elegies majeures* (1979). Sua obra tem como tema principal a cultura africana, que tanto ajudou a difundir, e seu estilo como escritor se aproxima da literatura francesa. Conferir: SENGHOR, Léopold Sédar. **Elegies Majeures**. Paris: Seuil, 1979.

¹¹ Além de ser um dos mais importantes poetas surrealistas do mundo inteiro, inclusive na opinião do próprio líder deste movimento (André Breton), Aimé Césaire foi, juntamente com o ex-presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, o idealizador do conceito de negritude, sendo a sua obra marcada pela defesa de suas raízes africanas. Conferir: CÉSAIRE, Aimé. **Discours sur le colonialisme**. Paris, 1955.

¹² Em 1945, ajudou a organizar o sexto Congresso Pan-Africano em Manchester, Inglaterra. Depois disso, começou a trabalhar para a descolonização da África. Quando a independência de Gana ocorreu em 1957, Nkrumah foi declarado o Osagyefo (líder vitorioso) e foi empossado como primeiro-ministro e procurou ajuda no bloco comunista. Em 1962, recebeu o Prêmio Lênin da Paz. Conferir: NKUMAH, Kwame. *Le consciencisme*. In: **Présence africaine**. Paris, 1976.

¹³ Conferir: TOWA, Marcien. **L. G. Senghor: Négritude ou Servitude**. Yaoundé: Clé, 1971. 115p.

¹⁴ As influências filosóficas de Hountondji incluem dois de seus professores em Paris, Louis Althusser e Jacques Derrida. Sua reputação se baseia principalmente em seu trabalho crítico sobre a natureza da filosofia Africana e em sua contribuição para o pós-colonialismo (conjunto de teorias que analisa os efeitos políticos, filosóficos, artísticos e literários deixados pelo colonialismo nos países colonizados). Conferir: HOUNTONDI, Paulin J. **African Philosophy: Myth & Reality**. London: Hutchinson University Library for Africa, 1983.

¹⁵ Neste ensaio, o termo “ciência normal” designa a pesquisa solidamente fundada em um ou mais fundamentos científicos passados como base para fornecer o ponto de vista de outros trabalhos. Conferir: NKUMAH, K. *Le consciencisme*. In: **Présence africaine**. Paris, 1976.

ALTERNATIVAS PARA UM DESENVOLVIMENTO SENSATO

Thomas Kuhn (1983) em *La structure des révolutions scientifiques* mostra que na ciência epistêmica, quando um elemento vem contradizer uma teoria, um axioma que se queria demonstrar, é sinal de que é preciso abandonar esta teoria. Isso significa que, para a ciência epistêmica, se algo escapa ao modelo, é porque temos uma prova do limite conceitual que clama por uma mudança de paradigma.

Neste ensaio, o termo ciência normal designa a pesquisa solidamente fundamentada sobre uma ou várias realizações científicas anteriores, realizações que um determinado grupo científico considera suficientes para iniciar trabalhos posteriores (KUHN, 1983, p.29).

O EPISTÊMICO E O ERGOLÓGICO

A ciência não suporta o paradoxo que é para ela uma negação. Afinal, uma coisa negada deve ser suprimida. Com a disciplina ergológica não falamos mais de supressão, mas de superação, pois aceitamos o paradoxo no coração mesmo da história humana e é precisamente esse paradoxo que cria certo “desconforto intelectual”. Constatar que um elemento não cabe nos compartimentos preestabelecidos não quer dizer que esse elemento seja falso, nem que esse quadro também seja falso. É apenas constatar que esse elemento não faz parte desse conjunto sem pôr em causa a sua legitimidade de ser. Se a ergologia permite evacuar o não senso de certos conceitos, dando-lhes sentidos, é porque a abordagem ergológica¹⁶ exige um reprocessamento dos valores, uma permanente renormalização dos fatos em função de uma relatividade cultural que para a ciência epistêmica parece uma anormalidade ou anomalia e que para nós é o que há de mais normal e a renormalizar. Reconhecer a necessidade de renormalizar o conceito de desenvolvimento consiste, em primeiro lugar, em reconhecer uma anormalidade e, em seguida, dizer que para ser verdade para alguns é indispensável um ajustamento do significado. Os conceitos de desenvolvimento existem para os homens e devem ter um sentido para estes. Mas dizer isso não implica que a atividade ergológica só se interessa àquilo que é mutável e daí concluir que. Finalmente, ela não pode dizer nada porque as coisas são diferentes. Mas adotar o ponto de vista da ergologia é reconhecer que toda atividade e toda teoria sobre esta atividade faz-se sempre num dado contexto histórico, com um dado saber e um saber-fazer, ferramentas dadas, portanto, num sistema de normas já estabelecido e que não se pode tão facilmente mudar.

Um processo ergológico implica, para compreender a sua dramática, encará-lo o mais longe possível, como o momento singular de um debate indefinidamente renovado entre normas antecedentes e tentativas de renormalização; debate cuja substância tem uma aderência local não eliminável; e que requer, por conseguinte, de fazer a história [...] (SCHWARTZ, 1997, p.23).¹⁷

¹⁶ Abordagem do trabalho do ponto de vista da atividade humana. Conferir: <<http://www.ergologie.com>>.

¹⁷ “Un processus ergologique implique, pour en comprendre sa dramatique, de l’envisager aussi loin qu’il est possible comme le moment singulier d’un débat indéfiniment renouvelé entre des normes antécédentes et des tentatives de renormalisation; débat dont la substance a une adhérence locale inéliminable; et qui requiert donc de faire l’histoire [...]”

Atualmente fala-se dos benefícios da colonização, percebe-se que as justificativas econômicas da colonização eram trazer o bem-estar, a felicidade e a civilização às povoações selvagens. O que se pretende fazer quando se quer empurrar certos países a desenvolver-se mostrando a única via possível de desenvolvimento? O desenvolvimento tornou-se a salvação da nossa alma.

Se pensamos que é o ponto de vista ergológico que falta nas análises sobre o desenvolvimento, é precisamente a razão pela qual a ergologia não é supressão, mas superação. Não aceitar algo é destruir para recomeçar. Estamos em perpétuo recomeço com esse conceito de desenvolvimento, daí que se verifica um certo cansaço de estar sempre no mesmo lugar. Podemos dizer que o conceito de desenvolvimento é um conceito que não conhece desenvolvimento porque o sentido que lhe dão é estático e imutável, fixo. É a procura do dinamismo desse conceito que nos leva à disciplina ergológica. Nesse sentido a ergologia é, assim, a superação de um conceito, pondo-o em relação com a historicidade de sua elaboração. Ainda hoje todos estes planos de desenvolvimento que continuam a fracassar revelam que são políticas de mimetismo. Porém, quando se olha com mais atenção o debate cultural do desenvolvimento, fixando a atenção sobre a gestão do pessoal das empresas industriais, estas revelam, na sua integração à “economia-mundo”, algumas causas dos fracassos dos países africanos.

1. Como o envolvimento dos assalariados no trabalho é importante, é necessário considerar um plano no qual os trabalhadores encontrem satisfação na procura do sentido de sua vida e também na sua unidade de produção.

2. A satisfação da busca de sentido está relacionada com a apreensão certa de valores culturais e do imaginário, para que o quadro organizacional não entre em conflito com aquilo que representa aos olhos do trabalhador o ideal do bem, do verdadeiro e do belo, cuja universalidade não se discute nem se suprime.

A relação com o trabalho não pode ser percebida sem levar em conta a mediação social na qual se encontram as representações, as finalidades. É esta valorização de Weber (1913)¹⁸ da abordagem compreensiva, apontada como capital, que falta às diferentes estratégias de desenvolvimento.

UNIVERSALISMO E MIMETISMO OU INVENÇÃO DEMOCRÁTICA

Os programas como a iniciativa PPTe anulam só uma parte ínfima da dívida destes países e mantêm a dependência causada pela dívida concedida sob pressão dos doadores. Isso contribui, segundo Eric Toussaint (2002) e Arnaud Zacharie (2002), para a “recolonização econômica”.¹⁹ Mas a pobreza permanece, para não dizer que aumenta, sem que se pense em modificar as orientações, isso até mesmo quando os programas de ajustamento estrutural (PAE) não resolvem os problemas econômicos e sociais. Eles até agravam

¹⁸ Conferir: WEBER, Max. Sobre Algumas Categorias da Sociologia Compreensiva. In: **Metodologia das Ciências Sociais**. Campinas: Unicamp, 1994. p.313-348.

¹⁹ Conferir: TOUSSAINT, E.; ZACHARIE A. **Dette et ajustement**. Sortir de l'impasse. Paris/Bruxelles: Syllapse/CADTM, 2002.

esses problemas. Em 20 anos, os indicadores de desenvolvimento humano se deterioraram. Segundo o PNUD, a percentagem de indivíduos vivendo com menos de um dólar por dia era de 179 milhões em 1979, e passou a 218 milhões em 1993. Dos 49 países menos avançados, 33 encontram-se na África subsaariana. Os 27 países mais pobres encontram-se também nessa região. Ainda segundo o PNUD, a África é o único continente onde a taxa de pobreza e de analfabetismo tem aumentado, enquanto as taxas de vacina e de escolarização não param de diminuir.

Samir Amin escreveu que o erro dos políticos africanos foi de se conformarem com a divisão internacional do trabalho e a ideologia desenvolvimentista.

Se adotarmos o critério do movimento de libertação nacional, quer dizer, a "construção nacional", o conjunto dos resultados são discutíveis. A razão é que enquanto o desenvolvimento do capitalismo, num primeiro tempo, favorecia a integração nacional, a mundialização, ativa nas periferias do sistema, faz uso ao contrário. Ela fragmenta as sociedades. No entanto, a ideologia do movimento nacional ignorou esta contradição, porque ela estava fechada num conceito burguês de "compensar os atrasos históricos", ela concebia, portanto, esta superação em termos de participação passiva na divisão internacional do trabalho. [...] Evidentemente o impacto da desintegração foi mais ou menos dramático, segundo as características específicas das sociedades pré-coloniais e pré-capitalistas (AMIN, 2001, p.44).²⁰

O fracasso do desenvolvimento da África e dos programas de reajustamento estruturais e outros planos não mostram só uma incapacidade da África de integrar o mercado mundial, mas uma recusa do modelo econômico e social ocidentalizado denominado mundialização. Este atraso da África é o símbolo de uma outra concepção de relações humanas e da repartição das riquezas.

O desenvolvimento deve ser pensado em termos alternativos e não miméticos. O que nos esquecemos de pensar, admirando-nos dos fracassos dos planos de desenvolvimento, é que as condições prévias devem estar reunidas e traduzem-se por perguntas em direção a que e para quem. É necessário pensar em meios e condições de desenvolvimento. Estas três condições prévias que dão sentido ao desenvolvimento são: Primeiro, o espaço africano de desenvolvimento, pois o desenvolvimento requer um espaço econômico mínimo que o permita e que o torne efetivo. O segundo fator é a educação. Todo desenvolvimento baseado num país onde a maioria da população é analfabeta verá os seus esforços inúteis, pois os homens devem compreender porque eles produzem e o que eles consomem. O mercado tem uma lógica e só a formação torna compreensíveis os seus mecanismos. A terceira condição é a democracia real. Mercado, educação, democracia, tantos temas que parecem à primeira vista ter ligação direta com o conceito. Sempre cremos, sem razão, que era preciso primeiro atingir o

²⁰ "Si nous adoptons le critère du mouvement de libération nationale, à savoir la 'construction nationale', les résultats sont dans l'ensemble discutables. La raison en est qu'alors que le développement du capitalisme, dans un premier temps, favorisait l'intégration nationale, la mondialisation, active dans les périphéries du système, fait tout le contraire. Elle réduit en morceau les sociétés. Cependant l'idéologie du mouvement national a ignoré cette contradiction parce qu'elle avait été enfermée dans le concept bourgeois de 'compenser les retards historiques'. Elle concevait donc ce rattrapage en termes de participation passive dans la division internationale du travail. [...] Bien évidemment l'impact de la désintégration fut plus ou moins dramatique selon les caractéristiques spécifiques des sociétés pré-coloniales et pré-capitalistes."

desenvolvimento ou um certo nível de desenvolvimento antes de pensar na democracia. No entanto, o processo é inverso, o desenvolvimento pressupõe a democracia, não é a democracia que pressupõe o desenvolvimento, pois os direitos fundamentais não devem ser sacrificados em nome do princípio de desenvolvimento. Joseph Ki-Zerbo (1992) utilizou nos anos 70 o termo de desenvolvimento endógeno para explicar que “não desenvolvemos” mas “nós nos desenvolvemos”. O que mostra que o desenvolvimento endógeno não combina com transferência de desenvolvimento. Ele se opõe assim à ideia de linearidade do processo. Joseph Ki-Zerbo (1992) diz sobre esse propósito que o desenvolvimento não é uma corrida olímpica onde alguns ficariam atrás.²¹

Para Latouche (2005), Zaoual²² (2006) ou Verhelts (1996), a crítica ao conceito vem do fato de que ele confunde o estar melhor com o ter mais e, segundo eles, só a mudança de paradigma cultural permitirá uma verdadeira definição de sentido.

Essa rejeição, que mostra que a realização social e econômica não é uniforme, deveria incitar a abrir caminho a uma outra reflexão da ordem mundial e é uma crítica ao seu funcionamento e aos seus princípios. Essa abertura, em oposição a uma ordem do mercado destrutivo, é a da perspectiva de que um outro mundo é possível.

Retornamos a uma obra antiga, mas que dá uma definição do subdesenvolvimento rico: “Fondamentalement, l'état de sous-développement d'un pays peut se définir comme une situation caractérisée par une distorsion durable (ou une tendance à la distorsion) entre une croissance démographique relativement forte et une augmentation relativement faible des ressources dont dispose effectivement la population.”²³ O mérito dessa definição é de não fazer intervir a ideia de atraso, não se refere a normas nem a um modelo ocidental. Ela é endógena porque se baseia unicamente na comparação entre duas realidades internas, próprias do país. Mas, a análise de Latouche (2005) é mais excessiva na medida em que coloca a possibilidade de conceber um outro paradigma de desenvolvimento que escapa a uma ocidentalização do mundo.

Podemos desconstruir o conceito, mas não destruí-lo. Não podemos sair do desenvolvimento porque o desenvolvimento responde a normas históricas, e é o imperativo imposto pela história. O que é preciso colocar é que o desenvolvimento impõe uma certa orientação cultural da sociedade. É este empenho que dá sentido à ideia de que não desenvolvemos, mas, sim, de que nós nos desenvolvemos e que também permite especificar o conceito weberiano de racionalização. Pôr em causa o conceito de desenvolvimento é

²¹ KI-ZERBO, J. **La natte des autres**: pour un développement endogène en Afrique, actes du colloque du Centre de Recherche pour le Développement Endogène (CRDE). Paris: Dakar, 1992.

²² ZAOUAL, Hassan. **Nova Economia das Iniciativas Locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

²³ “Fundamentalmente, o estado de subdesenvolvimento de um país pode se definir como uma situação caracterizada por uma distorção sustentável (ou uma tendência à distorção) entre um crescimento demográfico relativamente forte e um aumento relativamente fraco dos recursos que a população dispõe efetivamente.”

pôr em causa a ideia de universalidade, levantando esta questão com Singleton (2004), que rejeita mesmo a ideia de universalidade.

Se nós nos referimos à disciplina ergológica, é porque ela se apoia sobre “uma aderência local não eliminável” que procura renormalizar, opondo-se assim à estandardização. É essa relação de conceitos e valores que emprestamos à linha ergológica.

CONCLUSÃO

Vemos no estudo que efetuamos uma necessária apropriação dos conceitos pelos povos a fim de dar-lhes sentido. Hoje, não se pode mais pretender que um mesmo conceito possa fazer sentido de maneira unilateral em todos os cantos do planeta. É mesmo surpreendente que se obstinem em querer guardar tal uniformidade. Quando os planos de redução de dívidas, de ajustamentos estruturais e outros não cumprem as suas promessas, muda-se de plano sempre para obter este desenvolvimento que tanto chamamos nas nossas orações, mas que permanece invisível. Mas tem-se fé nesse conceito que ninguém abandona. O desenvolvimento ter-se-ia tornado a nova religião do mundo? A pergunta faz sorrir e, no entanto, merece que seja colocada. A ciência epistêmica não suporta o paradoxo. Mas enquanto não compreender que o desenvolvimento, tão caro para as instituições, deve existir para o homem e que o paradoxo está inscrito no coração desse mesmo homem, o desenvolvimento e os homens continuarão a avançar como duas linhas paralelas que jamais se cruzam. Quando falaremos de desenvolvimento humano e não do fator humano do desenvolvimento? Não pensamos hoje estar em condições para propor uma teoria milagrosa de desenvolvimento para a África. A nossa sugestão inscreve-se numa reflexão crítica à qual pensamos que seria necessário convidar para uma mesa teóricos do Banco Africano de Desenvolvimento, trabalhadores locais e ergólogos a fim de pensar diferentemente o desenvolvimento. Nós devemos, primeiro, compreender as práticas reais dos homens e, depois, repensar o conceito de desenvolvimento. Não nos inscrevamos, por conseguinte, numa linha dogmática que pretenderia resolver o problema, mas inicialmente numa perspectiva de compreensão de práticas, em seguida de questionamento de conceitos não funcionais, por não corresponderem muitas das vezes às realidades que supostamente deveriam explicar.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S. L'économie politique de l'Afrique et la mondialisation. In: **Et si l'Afrique refusait le marché?** Paris: L'harmattan, 2001.
- BANQUE AFRICAINE DE DÉVELOPPEMENT. **Rapport sur le développement en Afrique 2006:** l'aide, l'allègement de la dette et le développement en Afrique. Paris: Economica, 2006.
- KUHN, T. **La Structure des Révolutions Scientifiques.** Paris: Flammarion, 1983.
- LACOSTE, Y. **Géographie du Sous-développement.** Paris: PUF, 1965.
- LALEYÉ, issiaka-Prosper *et al.* **Organisations économiques et cultures africaines:** De l'homo oeconomicus à l'homo situs. Paris: Édition L'harmattan, 1996.
- LATOUCHE, S. **L'invention de l'économie.** Paris: Albin Michel, 2005.

SCHWARTZ, Y. **Reconnaissances du Travail Pour Une Approche Ergologique**. Paris: PUF, 1997.

SINGLETON, Michael. **Critique de l'ethnocentrisme**. Du missionnaire anthropophage à l'anthropologue post-développementiste. Paris: Éditions L'aventurine, 2004.